

# 2010

CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS S.G.P.S., S.A.

Relatório e Contas 2010

**INDICE**

A. ÓRGÃOS SOCIAIS .....	3
B. ESTRUTURA ACCIONISTA .....	3
C. ENQUADRAMENTO.....	4
1. ECONOMIA .....	4
2. MERCADO DE CAPITAIS.....	9
3. MERCADO IMOBILIÁRIO .....	14
D. MERCADO DE GESTÃO DE ACTIVOS PORTUGUÊS .....	16
E. ACTIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS .....	19
1. ASPECTOS GERAIS .....	19
2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO & PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST S.A.....	20
3. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FUNDIMO S.A.....	23
4. FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES S.A.....	25
5. ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	26
6. RECURSOS HUMANOS.....	27
7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....	28
F. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS.....	29
G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	31
H. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	33
RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	

## A. ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. António Pereira Grada Ferreira
Secretário	Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Vice-Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. António Joaquim Sousa
Vogal	Dr. Ricardo Simões Caliço

### Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pelo</i> Dr. Eduardo Manuel Fonseca de Moura
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

## B. ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da Caixa Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A..

## RELATÓRIO DA GESTÃO

### C. ENQUADRAMENTO

#### 1. ECONOMIA

##### Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir-se em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

#### INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>União Europeia</b>	<b>-4,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,0 (a)</b>	<b>2,0 (a)</b>	<b>8,9 (a)</b>	<b>9,6 (a)</b>
Área do Euro	-4,1	1,7	0,3	1,6	9,4	10,1
Alemanha	-4,7	3,6	0,2	1,3	7,5	7,1
França	-2,5	1,6	0,1	1,6	9,4	9,8
Reino Unido	-4,9	1,7	2,1	3,1	7,5	7,9
Espanha	-3,7	-0,3	-0,2	1,5	18,0	19,9
Itália	-5,0	1,0	0,8	1,6	7,8	8,7
<b>EUA</b>	<b>-2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,4</b>	<b>9,3</b>	<b>9,7</b>
<b>Japão</b>	<b>-5,2</b>	<b>2,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>
<b>Rússia</b>	<b>-7,9</b>	<b>4,0</b>	<b>11,7</b>	<b>6,6</b>	<b>8,4</b>	<b>7,5</b>
<b>China</b>	<b>9,1</b>	<b>10,5</b>	<b>-0,7</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>
<b>Índia</b>	<b>5,7</b>	<b>9,7</b>	<b>10,9</b>	<b>13,2</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil</b>	<b>-0,6</b>	<b>7,5</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>8,1</b>	<b>7,2</b>

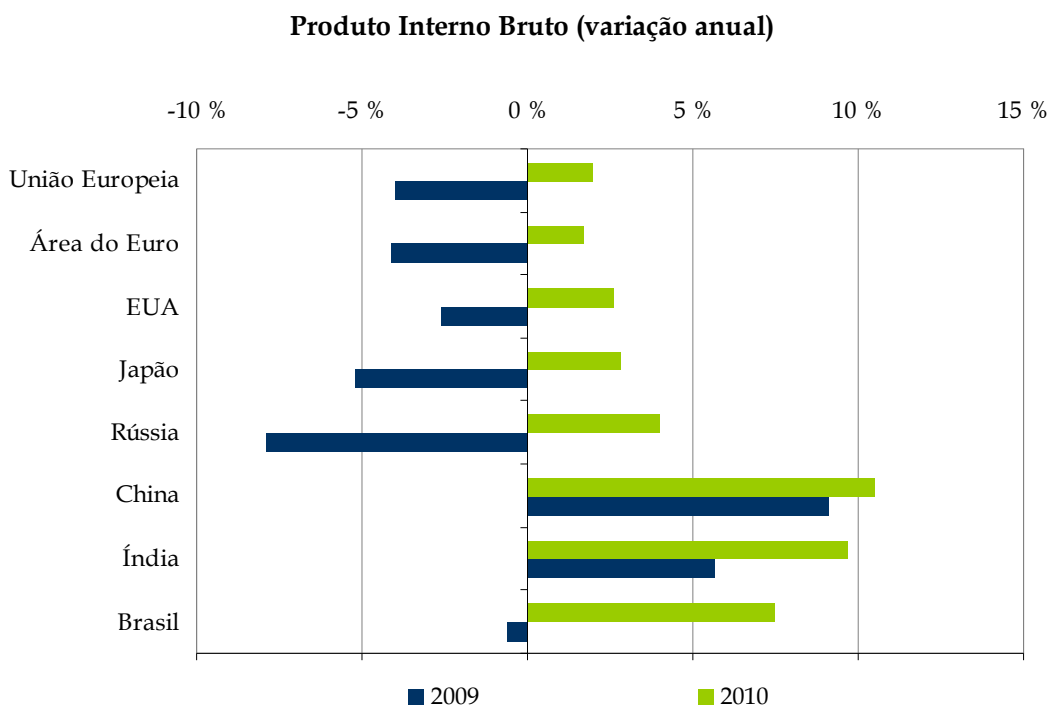
FMI: World Economic Outlook - Outubro de 2010

(a) CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um

crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

Contudo, é de salientar finalmente que em 2010, as autoridades norte-americanas voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre, garantindo que esta assim permanecerá durante um extenso período de tempo, e reforçou o programa de compra de activos inicialmente delineado em Março de 2009. A Administração Obama, por seu turno, anunciou durante 2010 a implementação de diversos pacotes de estímulo económico, desde ajudas à compra de habitação, na Primavera, à extensão, no final do ano, dos cortes de impostos implementados pela Administração anterior, num acordo estabelecido com o Congresso que também permitiu a redução da carga fiscal sobre o trabalho.



O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Destaca-se ainda para o desempenho da actividade económica brasileira, cujo crescimento do produto acelerou fortemente em 2010, apesar da moderação registada no segundo semestre. Após a contracção de -0.6% do PIB em 2009, em Outubro o FMI estima para 2010 um crescimento de 7.5%, o nível mais forte

desde 1986.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

## União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

### INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)	
	2009	2010
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>-4,2</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	-1,7	0,7
Consumo público	2,0	1,2
FBCF	-12,1	-0,6
Procura Interna	n.d.	n.d.
Exportações	-12,5	10,2
Importações	-12,4	8,9
<b>Taxa de Inflação média (IHPC)</b>	<b>0,3</b>	<b>1,6</b>
Taxa de desemprego	9,5	10,0
Saldo do Sector Público Adm. (em % do PIB)	-6,8	-6,8

CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 9.5% em 2009 para 10% em 2010, o nível mais elevado desde 1998. Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC),

registou em 2010 uma taxa de variação média de 1,6%, acima dos 0,3% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A não normalização das condições financeiras na Área Euro levou o Banco Central Europeu (BCE) a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010. Dada a não total regularização do funcionamento do mercado monetário da região, em parte patente na dificuldade de um conjunto de instituições assegurarem financiamento nos mercados de capitais, o BCE prolongou as condições mais favoráveis nos leilões de cedência de liquidez, embora eliminando os de maior prazo. Por outro lado, e numa decisão inédita, o BCE anunciou, na sequência do agudizar da crise da dívida soberana, a aquisição de dívida pública no mercado secundário, como forma de assegurar uma adequada transmissão da política monetária.

Contudo, é de salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

## Portugal

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1,4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9,0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5,0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1,8%, quer o consumo público, que cresceu 3,2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o crescimento durante o terceiro trimestre, tendo se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do

decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

### INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2008	2009	2010*
<b>PIB (Taxas de variação real)</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,4</b>
Consumo privado	1,8	-1,0	1,8
Consumo público	1,1	3,4	3,2
FBCF	-1,8	-11,6	-5,0
Procura Interna	1,2	-2,9	0,5
Exportações	-0,2	-11,4	9,0
Importações	2,9	-10,5	5,0
<b>Taxa de Inflação (IHPC)</b>	<b>2,7</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,4</b>
<b>Rácios**</b>			
Taxa de desemprego	7,8	9,5	10,9
Défice do SPA (em % do PIB)	-2,7	-9,3	-7,3
Dívida Pública (em % do PIB)	65,3	76,1	82,1

(\*) Boletim Económico do Banco de Portugal - Inverno 2010

(\*\*) OE: Orçamento de Estado para 2011 - Outubro de 2010

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

## 2. MERCADO DE CAPITAIS

### Mercado Obrigacionista

No mercado obrigacionista, em 2010, o tema central foi o alargamento dos *spreads* da dívida soberana dos países europeus periféricos, cuja acentuada deterioração afectou negativamente as obrigações de empresas, que sofreram também um aumento significativo dos *spreads*, em particular no sector financeiro.

Os anúncios de planos de auxílio financeiro por parte das autoridades europeias, com o intuito de repor a normalidade nos mercados de dívida pública produziram sempre efeitos de curta duração, tendo-se revelado insuficientes para conter o contágio a outros países e activos. Por outro lado, a divulgação, em meados do ano, por parte do Comité dos Supervisores Bancários Europeus (CEBS), dos resultados dos testes de resistência efectuados a uma selecção de 91 bancos europeus contribuiu para um estreitamento dos *spreads* no mercado de dívida privada nos meses subsequentes, após o que a nova deterioração observada nos *spreads* da dívida soberana dos países periféricos voltou a ter reflexos negativos sobre as *yields* das empresas. As obrigações de governo dos principais referenciais do mercado de dívida pública, EUA e Alemanha, desceram no ano de 2010, quer as de curto prazo, quer as de longo prazo. Para isso, beneficiaram da manutenção das taxas dos bancos centrais num nível baixo, e da expectativa de que permaneceriam assim durante um período prolongado de tempo, assim como das decisões de política monetária não convencional tomadas pelos respectivos bancos centrais.

Nos EUA, a Reserva Federal anunciou novos estímulos monetários, entre os quais um programa de compra de obrigações do Tesouro em mercado, enquanto na Área Euro o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à aquisição de dívida pública no mercado secundário, tendo também prolongado sucessivamente a realização de leilões de cedência de liquidez com satisfação integral da procura, embora eliminando os de prazo mais alargado.

Se estes factores foram determinantes para o comportamento das taxas de rendibilidade das maturidades curtas, já nas maturidades mais longas, as respectivas taxas beneficiaram também da ausência de pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau da retoma económica. No caso particular das taxas alemãs a 10 anos, o seu desempenho foi, além disso, influenciado pelo efeito refúgio provocado pelo aumento da aversão ao risco que teve origem na crise da dívida soberana dos países periféricos da Europa, tendo as mesmas atingido um mínimo histórico no final do terceiro trimestre.

A melhoria dos indicadores económicos, a par de alguma aceleração da inflação, e o impacto que as novas medidas do FED tiveram em termos de subida das expectativas de inflação, despoletaram, no último trimestre do ano, um aumento das taxas de rendibilidade das obrigações de governo norte-americanas em todas as maturidades.

No cômputo do ano, e ao contrário do que sucedeu no ano anterior, assistiu-se a um desempenho muito

similar entre as maturidades curtas e longas da curva de rendimentos em termos de variação. Nos EUA, as taxas a 2 e a 10 anos registaram uma descida similar de 54 p.b., enquanto na Alemanha a queda de 47 p.b. nos 2 anos ficou próxima da descida de 42 p.b. nos 10 anos.

#### Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

	2009	2010
EUA	3.84%	3.30%
Reino Unido	4.02%	3.40%
Japão	1.30%	1.13%
Alemanha	3.39%	2.97%
França	3.59%	3.36%
Espanha	3.98%	5.45%
Portugal	4.07%	6.60%
Irlanda	4.84%	9.06%
Grécia	5.77%	12.47%

*Valores no final do ano.*

As obrigações da dívida pública portuguesa, à semelhança do que aconteceu noutros países da periferia da Área Euro, divergiram da evolução das taxas alemãs. Embora numa primeira fase não se tenha assistido a qualquer alargamento dos *spreads* entre as taxas de rendibilidade daqueles países e as alemãs, a partir de Abril, altura em que se assistiu a um incremento das inquietações relativas aos problemas orçamentais de vários países da periferia, estes *spreads* alargaram significativamente.

Tal foi motivado pelo movimento simultâneo de aumento das taxas na periferia, que atingiram níveis máximos, e de descida das taxas germânicas, em consequência dos investidores procurarem proteger-se adquirindo activos com menor risco. Apesar dos planos de ajuda financeira à Grécia, em Abril, e à Irlanda, em Novembro, e para os passos que foram dados para a criação de um mecanismo de ajuda permanente no seio da Área Euro, as taxas mantiveram até final do ano uma tendência de subida, tendo no caso português encerrado acima dos 6,60%.

Esta conjuntura adversa teve reflexos no mercado de dívida privada, não só através de um alargamento dos *spreads* observados nos mercados primário e secundário, como também nas dificuldades de acesso ao mercado por parte de empresas sedeadas nos países mais afectados pela crise da dívida soberana.

O sector financeiro foi o mais penalizado, registando um alargamento de *spreads* mais pronunciado do que as empresas não financeiras, também este, em parte, penalizado pela situação das finanças públicas na Europa. O seu pior desempenho ficou a dever-se, em primeira instância ao seu grau de sensibilidade ao crescimento económico, previsivelmente afectado pelas medidas de contenção orçamental. No entanto,

factores específicos contribuíram também para o sucedido, entre os quais as alterações ao nível da regulação dos bancos e, numa fase posterior, a possibilidade levantada pelas autoridades europeias de, futuramente, os detentores de dívida sénior poderem incorrer em perdas em caso de potencial insolvência. Acresceu ainda, e comparativamente com o sector não financeiro, as relativas maiores necessidades de refinanciamento.

### Mercado Accionista

O mercado accionista manteve nos primeiros meses de 2010 a tendência de subida observada durante grande parte de 2009 após o que encetou uma inversão durante o segundo trimestre do ano, consequência do agravamento da situação da dívida soberana na Área Euro, e dos receios de que a economia norte-americana pudesse cair de novo em recessão.

### Principais Índices Bolsistas

	2009		2010	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	10428	+19%	11577	+11%
Nasdaq (Nova Iorque)	2269	+44%	2652	+17%
FTSE (Londres)	5413	+22%	5900	+9%
NIKKEI (Tóquio)	10546	+19%	10229	-3%
CAC (Paris)	3936	+22%	3805	-3%
DAX (Frankfurt)	5957	+24%	6914	+16%
IBEX (Madrid)	11940	+30%	9859	-17%
PSI-20 (Lisboa)	8464	+33%	7588	-10%

O reforço de medidas expansionistas de política monetária por parte da Reserva Federal norte-americana, a par da melhoria da conjuntura macroeconómica, levou a que o mercado voltasse a encetar a tendência de subida no segundo semestre. As surpresas positivas a que se foi assistindo em termos do crescimento dos lucros e as valorizações atractivas das empresas, permitiram encerrar o ano com ganhos.

No entanto, observaram-se desempenhos regionais díspares. Embora alguns dos principais índices tenham inclusivamente recuperado para níveis acima dos observados aquando da falência do banco Lehman Brothers, outros assistiram a retornos negativos, casos, por exemplo, dos países periféricos europeus, ou de alguns mercados emergentes onde se observaram aumentos das taxas directoras.

As subidas ascenderam a 11.0% e 8.6% no caso do Dow Jones norte-americano e do EuroStoxx600. Pela

negativa evidenciou-se o ASE da Grécia com uma queda de 35%, seguido pelo IBEX de Espanha e do PSI20 em Portugal, com descidas de 17.4% e 10.3%, respectivamente. Na Ásia, o Nikkei japonês registou uma perda de 3.0%.

Em 2010, o desempenho dos mercados accionistas emergentes não foi tão pronunciado quando comparado com o comportamento das praças accionistas dos mercados desenvolvidos. Embora o índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes tenha subido 16.4%, assistiu-se a uma grande dispersão de comportamento, já que enquanto na China o índice Shanghai retrocedeu 14.3%, no Brasil o Bovespa subiu apenas 1%, enquanto na Índia o Sensex subiu 17.4%, um pouco abaixo dos 22.5% do índice russo.

## Perspectivas

O forte desempenho da economia alemã, assim como a trajectória ascendente evidenciada pelo conjunto de dados divulgados nos E.U.A., geraram revisões em alta de crescimento aumentando a confiança dos investidores na sustentabilidade da expansão do ciclo económico em 2011.

No que respeita à actuação dos Bancos Centrais, a Reserva Federal Americana deverá manter o programa de compra de obrigações do Tesouro, até final de Junho de 2011, e as taxas directoras deverão ser mantidas em níveis mínimos históricos, tendo em conta o duplo objectivo de recuperação do mercado de trabalho e de controlo da inflação. Por sua vez, o Banco Central Europeu deverá continuar com medidas de cedência de liquidez extraordinárias, em função das necessidades de fundos por parte dos bancos comerciais, podendo-se verificar, no entanto, uma ocorrência de subidas de taxas directoras, dado o forte nível de crescimento real das principais economias europeias e a possível trajectória da inflação acima do pilar de 2% definido pelo banco central.

No actual ambiente macroeconómico, os mercados de obrigações do tesouro deverão registar comportamentos distintos. As *yields* americanas poderão registar uma trajectória gradual de subida, em função da melhoria dos indicadores económicos fundamentais e do possível aumento de prémio de risco de inflação. O perfil de evolução das taxas alemãs deverá ser semelhante ao do mercado americano, embora condicionado pelo comportamento dos prémios de risco das obrigações de dívida pública europeias. Os mercados europeus periféricos deverão continuar a evidenciar uma dinâmica intrínseca de volatilidade, especialmente na 1ª metade de 2011, associada ao elevado risco de refinanciamento dos sectores público e financeiro, e às incertezas relativamente ao mecanismo de ajuda permanente a países europeus em crise, que deverá ser anunciado da reunião de chefes de Estado europeus, a ocorrer em Março. No entanto, o potencial de alargamento substancial de *spreads* a partir dos níveis actuais deverá ser limitado, tendo em consideração a mensagem de preservação da moeda única e integridade da Zona Euro, difundida pelas instituições supranacionais europeias.

Em termos de obrigações de risco de crédito, o sector de empresas deverá continuar a beneficiar de

factores como o ambiente de crescimento económico positivo, a tendência de evolução favorável dos lucros, os menores níveis de endividamento e a elevada liquidez em balanços. Por outro lado, embora não sendo esperado um forte estreitamento dos *spreads* a partir dos níveis actuais, a classe deverá continuar a ser beneficiada pela rendibilidade potencial atractiva que ainda oferece face às obrigações de risco do tesouro de referência. No que respeita ao segmento das obrigações financeiras, o respectivo potencial deverá ser menor, dada a exposição mais directa ao risco de países europeus periféricos, os maiores níveis de refinanciamento esperados para a primeira metade do ano e, em termos de regulamentação, a possibilidade de reestruturação de dívida financeira sénior. Tais factores deverão gerar uma manutenção de prémio de risco adicional relativamente a empresas não financeiras.

No que respeita aos mercados accionistas, a actual conjuntura de menor incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento nas principais economias desenvolvidas e quanto à manutenção de políticas monetárias expansionistas, deverão gerar um potencial de rendibilidade positiva para a classe. Assim como o crescimento económico constitui um factor de suporte para a evolução positiva das receitas, os níveis ainda baixos de utilização de recursos (trabalho e capital) gera condições para a continuação de expansão de margens, e consequentemente, para o crescimento dos resultados.

Em 2011, a persistência de factores favoráveis como: a recuperação económica mundial, a diminuição do risco cíclico quanto à incerteza económica e os prémios atractivos das classes de risco, deverão sobrepor-se a questões negativas mais localizadas e de menor risco sistémico, como a conjuntura débil de finanças públicas de alguns países desenvolvidos e o espectro de subida da inflação em determinadas economias emergentes. Consequentemente, os mercados de acções e de obrigações de risco de crédito, constituem-se como classes de activos atractivas em 2011, numa óptica de rendibilidade e de risco potenciais, comparativamente com as classes de activos mais defensivas como as obrigações do tesouro e os mercados monetários.

### 3. MERCADO IMOBILIÁRIO

#### Internacional

As recuperações económicas são caracterizadas por períodos de volatilidade e esta recuperação não tem sido excepção. O regresso ao crescimento económico continua em curso, apesar de algumas contrariedades económicas terem criado riscos para a recuperação, a tendência geral continua em alta.

O imobiliário comercial, que tende a retardar face ao resto da economia, manteve-se com pouca actividade mas em crescimento, similar ao cenário económico. O ambiente de baixas taxas de curto e longo prazo, estimulou muitos investidores a recorrerem ao investimento no sector imobiliário que no ano de 2010, apresentou rendibilidades mais elevadas que os mercados de taxa de juro.

A aversão ao risco sentida pelos investidores levou a que o investimento se centrasse em imóveis *prime*, com rendimentos estáveis e seguros, localizados principalmente nas maiores cidades como Hong Kong, Londres, Nova Iorque e Paris. Inicialmente, as transacções ocorreram em regiões da Ásia e do Reino Unido e no final de 2010 em determinadas zonas da Europa Continental e dos Estados Unidos. A procura por retornos estáveis, traduzidos pelas rendas dos imóveis, trouxe uma maior segurança aos mercados de imobiliário ajudando assim, à recuperação dos preços.

Na Europa houve diferenças entre as várias cidades, Paris e Londres mostraram sinais de compressão das *yields* enquanto noutras cidades este movimento se manteve mais lento.

Nos Estados Unidos, as transacções ocorreram de uma forma mais lenta fazendo com que as *yields* nalgumas regiões ainda revelassem movimentos de alargamento.

O bom ambiente económico asiático traduziu-se num melhoramento do arrendamento imobiliário nos principais sectores. O sector de escritórios esteve muito activo na procura de novos arrendamentos, levando assim as rendas *prime* a aumentarem em vários mercados, tais como, Hong Kong, Singapura e Sidney.

O sentimento geral continua a ser uma longa e lenta recuperação, embora algumas regiões, como a Ásia Pacífico, poderão ficar acima do esperado. O imobiliário tem ainda alguns obstáculos a enfrentar num futuro próximo – taxa de desemprego acima da média, volatilidade dos mercados financeiros, consumo e incerteza na actividade comercial – que continuam a desafiar o caminho para a recuperação. A procura por imobiliário continua a depender do crescimento da actividade económica.

## Nacional

Em Portugal, os ténues sinais de recuperação que o sector imobiliário apresentava no início de 2010, desvaneram-se a partir de Março, na sequência da crise de confiança internacional em torno da sustentabilidade da dívida soberana.

Este cenário reflectiu-se num agudizar das condições globais do mercado imobiliário contribuindo para uma diminuição da Procura. A escassez de financiamento desempenhou um papel fundamental no decréscimo do desenvolvimento de projectos de promoção imobiliária, em particular os de habitação, turismo e lazer.

No que concerne ao mercado da habitação - permanente ou segunda habitação - manteve-se, de um modo geral, a tendência de estagnação manifestada nos últimos anos em consequência do abrandamento da procura, para o qual tem contribuído a subida das taxas de juro e as restrições de acesso ao crédito.

O mercado de arrendamento de escritórios registou uma *performance* pouco positiva, que se traduziu num volume de negócios similar ao de 2009. Por parte das empresas arrendatárias verificou-se em 2010 uma estratégia generalizada no sentido de diminuir os seus encargos globais, pelo que se manteve a tendência para renegociação de rendas e custos de funcionamento associados, bem como para a procura de localizações secundárias com rendas inferiores. Em consequência, a renda prime atingiu o valor mais baixo dos últimos 10 anos: 18 €/m<sup>2</sup>/mês.

Para o mercado industrial e logístico, o ano de 2010 foi de estagnação. A procura atingiu um dos níveis mais baixos dos últimos anos, tendo-se verificado um volume de operações extremamente reduzido.

A actividade de investimento, por seu lado, teve um início de 2010 relativamente animador, contudo, a desconfiança face à Europa do Sul teve um efeito quase imediato, contribuindo para que os investidores estrangeiros - principais intervenientes neste mercado - retomassem a atitude de cautela que os tinha caracterizado no decorrer de 2009. No entanto, apesar dos preços estarem a descer, os *yields* têm subido e os prazos de contrato, em especial nas operações de *sale&leaseback*, estão a aumentar.

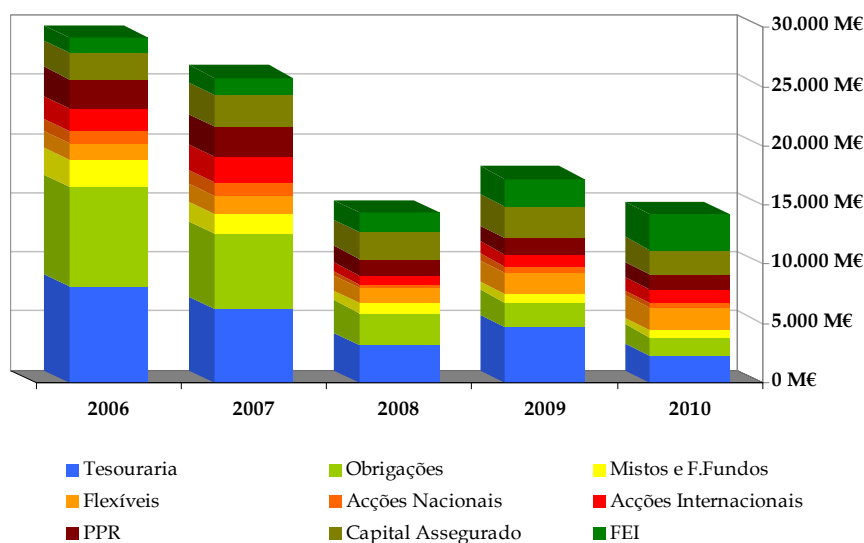
## D. MERCADO DE GESTÃO DE ACTIVOS PORTUGUÊS

### Fundos de Investimento Mobiliário

Em 2010, o mercado de fundos de investimento mobiliário português registou um decréscimo de 3.007 Milhões de Euros (M€). No final do ano, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 14.219 M€, o que correspondeu a uma diminuição de 17,5% relativamente ao início do ano.

Registou-se uma diminuição dos montantes sob gestão dos fundos de maior liquidez devido à deslocação das aplicações dos clientes bancários para Depósitos: os Fundos de Tesouraria desceram 2.275 M€ (-51%) e os Fundos de Obrigações perderam 547 M€ (-26%). Por seu lado, os Fundos de Capital Garantido diminuíram 626 M€ (-23%) devido ao término de 17 destes fundos e à dificuldade de colocação de novos fundos, com prazos normalmente superiores a 3 anos. Apenas os Fundos Especiais de Investimento e os Fundos Flexíveis registaram aumentos de 609 M€ e 102 M€, respectivamente.

### MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Ao longo do ano foram constituídos 25 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e de Capital Garantido, e foram liquidados 22 fundos, principalmente Fundos Capital Garantido, elevando para 291, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de 2010, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 84% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 23,1%, mantendo a liderança do mercado.

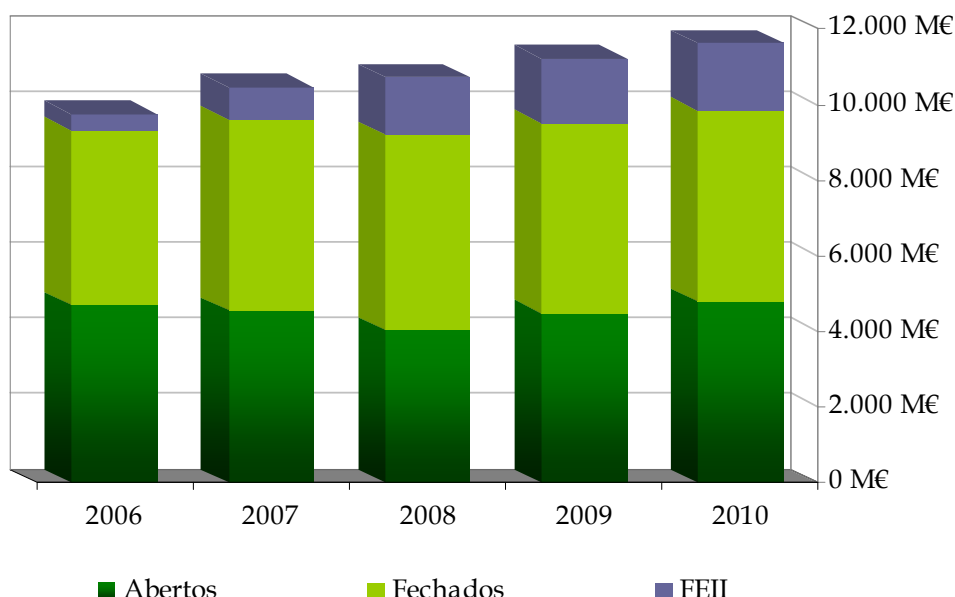
## Fundos de Investimento Imobiliário

Em Dezembro de 2010, o valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário totalizou 11.558 milhões de euros, mais 323 milhões do que no final de 2009, o que representa uma variação de 2,9%.

Este crescimento não foi homogéneo ao longo do ano. Nos primeiros cinco meses do ano, o volume dos fundos imobiliários aumentou a um ritmo semelhante ao do ano anterior. Os 4 meses seguintes foram caracterizados por uma estabilização do volume sob gestão nos 11.700 M€; e, finalmente, no último trimestre do ano, o volume manteve uma tendência de descida.

Em 2010, os Fundos Imobiliários Abertos aumentaram 213 M€ e os Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados (FEIIF) registaram um aumento de 130 M€; em contrapartida, os Fundos Imobiliários Fechados perderam 11 M€.

MERCADO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Em 2010 foram constituídos 13 novos fundos de pequena dimensão, maioritariamente Fundos Fechados e FEIIF, registou-se a fusão de 2 fundos abertos e foram liquidados 2 fundos fechados; o que elevou para 260, o número de fundos imobiliários portugueses em actividade.

O mercado nacional de Fundos imobiliários encontra-se disperso por 35 sociedades gestoras. No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos imobiliários portuguesas concentravam 50% do mercado, tendo a quota de mercado da Fundimo aumentado de 14,0% para 14,7%.

## Fundos de Pensões

Em 31 de Dezembro de 2010 o valor sob gestão de fundos de pensões ascendia a 19 642 milhões de euros (M€), o que traduz um decréscimo de 10,4% face ao final de 2009

O comportamento dos fundos de pensões foi fortemente influenciado pela transferência para a Caixa Geral de Aposentações dos patrimónios do Fundo de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom e do Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Refira-se que, expurgado o efeito destas transferências, o montante dos fundos de pensões sob gestão apresentaria uma redução de apenas 2%.

Os Fundos Fechados registaram uma descida de 11,4%, para 18 439 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 94% do total de fundos de pensões. O montante dos Fundos de Pensões Abertos (incluindo PPR e PPA) aumentou 8% para 1203 M€.

Durante o ano de 2010, constituíram-se 2 fundos de pensões fechados e 7 fundos de pensões abertos que não PPR ou PPA. Naquele período assistiu-se à liquidação de um fundo PPR e à extinção de 7 fundos fechados, 2 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e 5 por transferência para outros fundos fechados e adesões colectivas já existentes.

No final de 2010, o mercado estava representado por 237 fundos, 162 dos quais fechados, geridos por 13 empresas de seguros e por 12 sociedades gestoras de fundos de pensões.

No final de 2010, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 81% do mercado de Fundos de Pensões, tendo a quota de mercado da CGD Pensões aumentado de 9,6% para 11,1%, mantendo o quarto lugar no ranking do mercado.

## Gestão de Patrimónios

No final 2010, o montante sob gestão no mercado de gestão de carteiras por conta de outrem estava distribuído por cerca de 50 entidades gestoras (das quais 90% são sociedades gestoras de patrimónios ou de fundos) e ascendia a cerca de 68 768 M€, o que representou um aumento de 3% face ao início do ano, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 27,0%, mantendo a liderança do mercado.

## E. ACTIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ACTIVOS

### 1. ASPECTOS GERAIS

Em 31 de Dezembro de 2010, o universo das empresas integrantes da Caixa Gestão de Activos – Grupo Caixa Geral de Depósitos, detinham sob gestão e aconselhamento activos que totalizavam 24.142 M€, menos 4% que no final do ano anterior.

#### ACTIVOS GERIDOS PELO GRUPO CAIXA GERAL DEPÓSITOS

Unid.: Milhões de euros

	2009	2010	Variação	
			Valor	%
<b>Activos geridos</b>				
Fundos Mobiliários (Caixagest)	4.106	3.282	-823,7	-20%
Fundos Imobiliários (Fundimo)	1.578	1.683	105,1	7%
Fundos de Pensões (CGD Pensões)	2.100	2.183	83,0	4%
Carteiras sob Gestão (Caixagest)	17.155	16.691	-464,4	-3%
Carteiras sob aconselhamento (Caixagest)	276	303	27,1	10%
<b>Total</b>	<b>25.215</b>	<b>24.142</b>	<b>-1.073</b>	<b>-4%</b>

<sup>1</sup> Os montantes das carteiras sob Gestão não incluem os Fundos de Pensões referidos na linha anterior

Destacam-se, seguidamente, os principais aspectos que caracterizaram o ano de 2010, para cada uma das sociedades integradas

## 2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO & PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST S.A.

### EVOLUÇÃO COMERCIAL

#### Fundos de Investimento Mobiliário

O ano de 2010 revelou-se particularmente difícil para o mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM).

A crise Orçamental que afecta vários países europeus, com destaque para os designados de “periféricos”, contribuiu para o agravamento dos já baixos níveis de aversão ao risco dos clientes do retalho, ao mesmo tempo que, as elevadas taxas de juro praticadas na generalidade das instituições bancárias portuguesas, conduziu a um aumento generalizado das remunerações dos depósitos tradicionais, tornando-os assim relativamente mais atractivos face a outras alternativas de investimento.

O mercado de FIM terminou assim o ano de 2010 com uma quebra de 17,5% % face ao final de 2009, diminuindo o volume sob gestão de 17 231 milhões de euros para 14 219 milhões de euros. Esta evolução foi essencialmente causada por um saldo anual negativo entre subscrições e resgates, da ordem dos 3 020 milhões de euros.

Acompanhando a tendência do mercado, o montante afecto aos fundos geridos pela Caixagest registou um decréscimo de 20%, passando de 4 106 milhões de euros no final de 2009 para 3 282 milhões de euros no final de 2010. Em termos de quota de mercado, a Sociedade manteve o primeiro lugar do *ranking* por montante, com uma quota de 23,1%, o que representou uma descida de 0,7% face à registada no final do ano anterior.

Em termos de estratégia comercial, prosseguiu-se com a consolidação da proximidade à Rede Comercial da Caixa Geral de Depósitos (CGD), destacando-se o aumento das formações presenciais realizadas nas várias regiões do país, a continuação da Linha Verde para ligação telefónica directa ao apoio comercial da Caixagest e o crescimento, em número e em experiência, da equipa de consultores de investimento da Direcção de Negócio e Inovação. Prosseguiu-se também com a *Comercial Letter* e a *Investment Letter*, mantendo-se a forte aceitação destas publicações por parte da Rede Comercial da CGD. Paralelamente, reforçou-se a promoção de iniciativas de fomento da comunicação, internas e externas ao Grupo CGD, com contributo relevante para o aumento dos níveis de notoriedade da empresa e para a recolha de informação de suporte ao contínuo desenvolvimento e oferta de soluções inovadoras e fortemente competitivas.

Decorrendo desta estratégia e em estreita interligação com as Direcções Comerciais e de Marketing da CGD, foram constituídos três novos fundos estruturados - que captaram um montante global de 83

milhões de euros: Caixagest Global Markets FEI, Caixagest Mix Emergentes FEI e Caixagest Indices Mundiais FEI. Foi igualmente constituído um fundo harmonizado de Mercado Monetário Caixagest Liquidez destinado a suprir a oferta neste segmento de fundos e cuja captação ascidia a 23 milhões de euros, no final do ano.

De destacar ainda o término, em 2010, de seis fundos de capital assegurado, num valor global de cerca de 306 milhões de euros - Caixagest Sprinter (em Janeiro, com uma valorização acumulada de 0% após 3 anos), Caixagest Optimizer (em Março, com uma valorização acumulada de 11,32% após 6 anos), Caixagest MaxiPremium 2010 (em Abril, com uma valorização acumulada de 29,2% após 5 anos), Caixagest Multi-Activos (em Junho, com uma valorização acumulada de 19,1% após 6 anos), Caixagest Valor Duplo (em Dezembro, com uma valorização acumulada de 13,2% após 4 anos) e Caixagest Sprinter II (em Dezembro, com uma valorização acumulada de 0% após 3 anos).

Face à nova realidade dos mercados financeiros, marcada por alterações estruturais ao nível da percepção e valoração do risco de crédito e por níveis de liquidez historicamente reduzidos, a Caixagest iniciou um processo de reestruturação da sua oferta permanente de fundos de liquidez e de obrigações. Neste âmbito, encontram-se previstas para o primeiro trimestre de 2011 algumas fusões de fundos que apresentam entre si níveis de diferenciação já pouco significativos, o que trará claras vantagens ao nível da eficiência da gestão e da percepção das características distintivas entre produtos pela Rede e pelos clientes.

No final do ano, a Caixagest geria uma carteira de 54 fundos de investimento mobiliário amplamente diversificada por vários mercados financeiros internacionais e adaptada aos diversos segmentos de investidores.

### **Gestão de Patrimónios**

Num cenário marcado pela crise orçamental das economias da periferia da Europa, com o forte alargamento dos prémios de risco exigidos pelo mercado para a tomada de dívida pública desses países, a Caixagest continuou a desenvolver o seu serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da Rede Comercial da CGD e aos respectivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura, sendo de destacar o especial sucesso registado ao nível da vertente da Consultoria de Investimento.

A saída de alguns clientes do segmento de Particulares do serviço de gestão discricionária, foi mais do que compensada por importantes captações para o serviço de aconselhamento.

No segmento de clientes Institucionais, registou-se um aumento do volume da carteira das carteiras das empresas de Seguros e dos Fundos de Pensões do Grupo, mas que não foi suficiente para compensar os reembolsos e a desvalorização das carteira dos Fundos de Reserva, nas quais pesam significativamente as

Obrigações e outros activos, cujo valor de mercado foi negativamente afectado pela crise atrás referida.

Desta forma, o montante sob gestão da Caixagest passou de 18 865 milhões de euros, em final de 2009, para 18 570 milhões de euros, o que representa uma descida anual de 2%. Não obstante, manteve o primeiro lugar no *ranking* por montante, com uma quota de mercado de 27%.

## EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O ano de 2010 ficou marcado pela diminuição dos resultados líquidos da Caixagest para o valor de 1,1 M€, menos 34% do que no ano anterior. Este desenvolvimento foi consequência da diminuição do volume gerido e da taxa média de comissionamento nos diferentes segmentos e produtos, que conduziram a uma significativa diminuição de 1,7 milhões de euros de comissões afectas a este negócio.

Os encargos com serviços e comissões registaram também um decréscimo devido à diminuição das comissões de comercialização pagas ao banco comercializador. Os custos de funcionamento no valor de 8,5 M€ foram 0,3% inferiores aos do ano anterior não obstante a necessidade de reforço dos recursos humanos nas áreas de Investimentos, Compliance e Back-Office.

Durante o ano, a Caixa Geral de Depósitos recebeu em resultado directo desta actividade: 1,1 M€ de comissões de depositário, 9,8 M€ de comissões de comercialização e 0,6 M€ de comissões de subscrição e resgate.

### SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2009	2010	Varição homóloga
Activo líquido	40 668	32 761	- 19%
Capitais próprios	32 688	27 106	- 17%
Distribuição de dividendos e reservas	4 341	6 595	+ 52%
Resultado líquido	1 595	1 053	- 34%
Capital social	9 300	9 300	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

Os Capitais Próprios registaram um decréscimo devido à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

### 3. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FUNDIMO S.A.

#### EVOLUÇÃO COMERCIAL

Em termos globais, o ano de 2010 caracterizou-se por um significativo aumento da actividade da Fundimo, no que se refere ao relançamento comercial do fundo aberto Fundimo, como também nas exigências de gestão de alguns fundos fechados, particularmente atingidos pela conjuntura económica desfavorável. No final do ano a sua carteira de fundos imobiliários sob gestão incluía um fundo aberto e vinte e oito fundos fechados por subscrição particular, dos quais oito classificados como fundos especiais.

De um modo geral, os vários fundos sofreram as consequências da crise que, desde 2007, tem afectado os mercados financeiros e a economia.

O Fundo Imobiliário Aberto Fundimo registou um crescimento anual de 15%, consolidando a sua posição enquanto maior fundo de investimento imobiliário aberto nacional, tendo terminado o ano de 2010 com uma rentabilidade líquida de 3,1%. O comportamento consistente do Fundo e a continuação da estratégia de gestão implementadas nos últimos anos - sem exposição ao sector residencial e privilegiando uma política que concilia a monitorização da carteira actual com a procura activa das oportunidades existentes no mercado imobiliário nacional e especialmente nas zonas Prime - explicam o comportamento do Fundo, mesmo num cenário em que algumas aplicações alternativas de médio e longo prazo, em especial os depósitos a prazo das instituições financeiras nacionais, apresentaram níveis de remuneração relativamente mais atractivos do que em anos anteriores.

#### Fundos Imobiliários sob Gestão

(Milhões de Euros)

	2009	2010	Variação
Fundo Imobiliário Aberto	923	1064	+ 15%
Fundos Imobiliários Fechados	655	619	- 5%
<b>Total:</b>	<b>1.578</b>	<b>1.683</b>	<b>+ 7%</b>

Quanto aos fundos fechados geridos pela Fundimo, atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afectos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, registou-se algum abrandamento de actividade. Durante o ano de 2010, a Fundimo iniciou a gestão de um novo fundo de investimento imobiliário fechado e cessou a gestão de outro. Por outro lado, a actual conjuntura nacional e internacional tem trazido dificuldades acrescidas aos projectos de alguns Fundos imobiliários fechados de subscrição particular, lançados na fase mais favorável do ciclo económico, nomeadamente: projectos de grande dimensão ou turísticos e residenciais com insuficiente alocação de capitais próprios.

## EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Em termos globais, o ano de 2010, caracterizou-se por um aumento da actividade da Fundimo, resultante do relançamento comercial do fundo aberto Fundimo. O aumento do montante de activos geridos e o valor das comissões de resgate cobradas relativas ao Fundo Fundimo, reflectiram-se favoravelmente no montante de comissões, as quais atingiram o montante de 13,9 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2010.

Os custos de funcionamento sofreram um decréscimo apesar do incremento da actividade global. Os encargos com serviços e comissões registaram ainda um crescimento em consequência do aumento da comissão de comercialização.

As contas da Fundimo foram afectadas pela constituição de uma Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa no valor de 1.136 milhares de euros e por custos de Publicidade destinados ao relançamento do Fundo Fundimo no valor de 433 milhares de euros.

Estes desenvolvimentos reflectiram-se nos resultados, tendo a Fundimo fechado o ano com resultados líquidos de 3 408 milhares de euros, menos 5% que no período homólogo de 2009.

### SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2009	2010	Varição homóloga
Activo líquido	9 527	7 055	- 25%
Capitais próprios	7 252	5 556	- 23%
Distribuição de dividendos e reservas	5 228	5 104	- 2%
Resultado líquido	3 603	3 408	- 5%
Capital social	600	600	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

Os Capitais Próprios registaram um decréscimo devido à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

#### 4. FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES S.A.

##### EVOLUÇÃO COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano de 2010 tendo sob gestão quinze fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos. O valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 2.183 M€, representando um aumento de 4 % face aos 2.100 M€ geridos no final de 2009.

Nos fundos fechados regista-se a extinção do Fundo de Pensões do Caixa Banco de Investimento, tendo as suas responsabilidades sido transferidas para uma adesão colectiva ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente.

Devido à conjuntura de crise que marcou a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 9.901.959 €, tendo-se igualmente verificado transferências de 1.570.436 € dos fundos de pensões abertos Caixa Reforma Activa e Caixa Reforma Valor para o fundo Caixa Reforma Prudente. Não obstante, durante o ano, registaram-se 1.821 novas adesões individuais e 11 novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos, num total de novas subscrições no valor de 12.614.448 €.

Para alcançar os objectivos a que se propõe no início de cada ano, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos.

##### EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Ao longo de 2010 a CGD Pensões manteve o crescimento da sua actividade decorrente, por um lado, do aumento do volume de fundos sob gestão e, por outro, da angariação de novos clientes ao nível dos fundos de pensões abertos. Este crescimento, à data de 31 de Dezembro de 2010, reflectiu-se no aumento de 4,6%, face ao período homólogo do ano anterior, nas comissões por Prestações de Serviços que registaram um valor de 3.195.745,51 euros. Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos e aos Gastos com Pessoal registaram, respectivamente, reduções de 4,9% e 7,5% face ao período homólogo do ano anterior, ascendendo, respectivamente, a 1.576.452,30 euros e a 301.621,13 euros. Assim o Resultado Líquido do Exercício de 2010 cresceu 38,2% face ao de 2009, ascendendo o seu valor a 1.017.169,20€.

À data de 31 de Dezembro de 2010 a Sociedade Gestora possuía uma margem de solvência de 136%.

## SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2009	2010	Varição homóloga
Activo líquido	6 544	5 640	- 14%
Capitais próprios	5 868	4 827	- 18%
Distribuição de Dividendos e Reservas	845	2 332	+176%
Resultado líquido	736	1 017	+ 38%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100%	100%	

Os Capitais Próprios registaram um decréscimo devido à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

## 5. ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação da Caixa Gestão de Activos consolidou durante o ano de 2010 os processos de negócio através da melhoria das actividades de gestão de informação e de gestão tecnológica:

- Foi dada continuidade à actualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente nas actualizações aos sistemas de valorização de fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário, fundos de pensões e gestão de patrimónios, nas actualizações ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões, nas actualizações ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas, e às actualizações do software de contabilidade e gestão de pessoal.
- Foi consolidada a plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de títulos, pricing, reporting legal e disponibiliza informação para as diversas áreas de negócio da Caixa Gestão de Activos.

Encontra-se em fase de conclusão a implementação da componente de Acções da nova ferramenta de *front office* para o Asset Management.

## 6. RECURSOS HUMANOS

No final de 2010, a Caixa Gestão de Activos contava com um total de 127 colaboradores, o que corresponde ao acréscimo de três colaboradores em relação a 2009, em consequência do movimento de 5 entradas e 2 saídas. Esta variação líquida deve-se, essencialmente, ao aumento verificado na Área Gestão de Fundos Imobiliários, Administrativa, de Investimentos e Comercial, devido ao ajustamento das estruturas em termos funcionais. A este efectivo há que adicionar: 4 administradores que desempenham funções executivas nas sociedades e 3 colaboradores que se encontram cedidos a empresas do Grupo CGD.

Os custos totais com os recursos humanos das empresas que integram a Caixa Gestão de Activos (incluindo o pessoal cedido) atingiram em 2010 o montante de 7.049 milhares de euros, mais 1,2% do que o registado no exercício anterior. Este acréscimo traduz, por um lado, o aumento do número de pessoal cedido à Caixa Gestão de Activos, mas por outro, a redução da remuneração variável dos colaboradores e administradores.

	2009	2010	Varição
<u>Custos com Pessoal:</u>			
Orgãos Sociais	856	603	
Funcionários	5.239	5.299	
	6.095	5.902	-3,2%
<u>Fornecimento Serviços Terceiros</u>			
Pessoal Cedido	868	1.147	32,2%
Custos totais com Pessoal	6.963	7.049	1,2%

No ano de 2010 continuou a merecer destaque a orientação dada à avaliação de desempenho, como parte integrante do processo de remuneração por mérito dos colaboradores.

O nível, a capacidade e a motivação das pessoas que integram as empresas da Caixa Gestão de Activos constituíram, da mesma forma que em anos anteriores, as preocupações centrais da política de pessoal que, ao fomentar a identificação dos empregados com o projecto Gestão de Activos, visa a manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados. Assim, salienta-se o apoio concedido em 2010, para reforço do nível académico das carreiras técnicas de Gestão de Activos bem como a preocupação constante com uma política de retenção de talentos, através do acompanhamento e evolução dos recursos humanos que possam responder aos desafios mais estratégicos.

## 7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A Caixa Gestão de Activos considera fundamental que as Sociedades, os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno e de gestão de riscos adequado e eficaz que assegure:

- o efectivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontra sujeita;
- um desempenho eficiente e rentável da actividade através de uma utilização eficaz dos activos e recursos e que assegure a estabilidade financeira da instituição;
- que a gestão dos activos é efectuada de forma diligente, sã e prudente tendo sempre como base os interesses dos clientes institucionais e particulares.

Neste sentido, a Caixa Gestão de Activos tem vindo nos últimos anos a fomentar uma cultura e um ambiente de controlo fortalecendo a função de Compliance e a função de gestão de riscos nomeadamente através da implementação do projecto de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e do Plano de Continuidade de Negócio (PCN):

- No projecto ROCI continuaram a desenvolver-se os mecanismos de controlo interno e de gestão de risco operacional já existentes na sociedade tendo-se procedido a uma avaliação dos processos de gestão de risco e controlo interno já implementados, nomeadamente através de uma execução de testes aos controlos existentes;
- No projecto PCN terminou-se a implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica.
- Ainda no âmbito da gestão de risco, o Conselho de Administração pretende estabelecer formalmente uma função de gestão de riscos para as carteiras geridas, tendo já solicitado às estruturas centrais da Caixa Geral de Depósitos a subcontratação deste serviço.

Também já foi solicitado às estruturas centrais da Caixa Geral de Depósitos a subcontratação da função de auditoria interna, um dos pilares do sistema de controlo interno da Caixa Gestão de Activos.

Para assegurar a governação das sociedades o Conselho de Administração, que se reuniu 11 vezes, dispõe de uma Comissão Executiva que se reúne semanalmente, e que em 2010 realizou 34 reuniões.

Para melhorar o acompanhamento dos assuntos operacionais, existe o Comité de Risco Operacional e Suporte ao Negócio (CROSN), que se reuniu 10 vezes. Também o Comité de Avaliação de Activos, que trata de aspectos ligados à avaliação dos activos das carteiras dos Fundos, reuniu 6 vezes.

## F. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS

### CONTA CONSOLIDADA

As contas da Caixa Gestão de Activos são consolidadas na Caixa Geral de Depósitos. Apresenta-se no quadro seguinte uma análise comparativa dos indicadores agregados das empresas que constituem a estrutura da Caixa Gestão de Activos.

	SGPS	CAIXAGEST	FUNDIMO	CGD PENSÕES	Consolidado 2010	Ano Anterior	Variação %
<b>Indicadores de Resultados e de Balanço</b>							
<b>Margem Financeira</b>	<b>33</b>	<b>333</b>	<b>49</b>	<b>3</b>	<b>417</b>	<b>1.204</b>	<b>-65,4%</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>33</b>	<b>9.894</b>	<b>8.474</b>	<b>2.523</b>	<b>20.924</b>	<b>21.258</b>	<b>-1,6%</b>
dos quais: Comissões							
- Comissões de Gestão	0	22.403	13.908	3.196	39.507	37.311	5,9%
- Comissões de Comercialização	0	-9.844	-4.458	-496	-14.798	-12.656	16,9%
<b>Outros Custos</b>	<b>27</b>	<b>8.459</b>	<b>3.788</b>	<b>1.140</b>	<b>13.414</b>	<b>12.875</b>	<b>4,2%</b>
- Custos com Pessoal	0	4.647	954	302	5.902	6.095	-3,2%
- Fornecimentos e Serviços Externos	27	3.606	1.635	817	6.084	6.165	-1,3%
- Amortizações	0	206	64	21	291	267	8,9%
- Provisões Líquidas e Anulações		0	1.137	0	1.137	348	
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>4</b>	<b>1.436</b>	<b>4.686</b>	<b>1.384</b>	<b>7.510</b>	<b>8.410</b>	<b>-10,7%</b>
Impostos sobre Lucros	0	383	1.278	366	2.026	2.417	-16,2%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>5</b>	<b>1.053</b>	<b>3.408</b>	<b>1.017</b>	<b>5.483</b>	<b>6.108</b>	<b>-10,2%</b>
<b>Capitais Próprios Totais (2)</b>	<b>6.628</b>	<b>27.106</b>	<b>5.557</b>	<b>4.827</b>	<b>44.118</b>	<b>47.929</b>	<b>-8,0%</b>
<b>Indicadores de Actividade</b>							
<b>Proveitos Gerados para o Grupo:</b>		<b>28.593</b>	<b>15.378</b>	<b>3.479</b>	<b>47.450</b>	<b>46.829</b>	<b>1,3%</b>
- Comissões de Gestão		21.231	12.952	3.185	37.368	35.080	6,5%
- Comissões de Banco Depositário		6.771	1.470	283	8.524	10.444	-18,4%
- Comissões de Subscrição e Resgate		591	957	10	1.558	1.305	19,4%
Activos sob Gestão		19.973.345	1.683.221	2.182.991	<b>23.839.556</b>	24.939.060	-4,4%
Activos sob Aconselhamento		302.867			<b>302.867</b>	275.748	9,8%
<b>Total</b>		<b>20.276.212</b>	<b>1.683.221</b>	<b>2.182.991</b>	<b>24.142.424</b>	<b>25.214.808</b>	<b>-4,3%</b>

(1) Os Resultados antes de Impostos e o Resultado Líquido da SGPS excluem os dividendos recebidos das participadas.

(2) Os Capitais Próprios Totais da SGPS excluem o valor do Investimento nas Filiais (Caixagest, Fundimo e CGD Pensões) .

## CONTAS INDIVIDUAIS

As contas da Caixa Gestão de Activos, SGPS, no que aos proveitos diz respeito, resumem-se aos dividendos recebidos das empresas subsidiárias (Caixagest, Fundimo e CGD Pensões) que atingiram o montante de 14.031 milhares de Euros no exercício de 2010, e aos juros provenientes de aplicações financeiras dos capitais próprios no valor de 33 milhares de Euros. O resultado líquido depois de impostos foi de 14 036 Milhares Euros.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos resultados líquidos das empresas participadas.

### Evolução dos resultados líquidos das empresas Participadas

Unidade: Milhares de Euros

<b>Sociedade</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Variação</b>
Caixagest	1595	1053	- 34%
Fundimo	3604	3408	- 5%
CGD Pensões	736	1017	+ 38%

Os Capitais Próprios, por seu turno, registaram um decréscimo, devido essencialmente à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

## G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do preceituado nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da Caixa Gestão de Activos, S.G.P.S. relativo ao ano de 2010, no valor de €14.035.866,22 (catorze milhões, trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e seis euros e vinte e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- 10%, ou seja, € 1.403.586,62, para reforço da Reserva Legal;
- o remanescente, ou seja, € 12.632.279,60 €, colocamos à disposição do accionista.

## H. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade e acompanhamento da evolução dos fundos e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua actuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem se dedica uma palavra de apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de recursos humanos, assessoria jurídica, controlo de gestão, compliance, informática e auditoria interna, de quem se recebeu empenhada colaboração;
- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Activos, a cuja competência, dedicação e espírito de serviço, se devem parte importante dos resultados alcançados;
- Ao Accionista Único, pelo seu apoio e pelo acompanhamento da actividade da Sociedade.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso – Presidente

---

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Vice-Presidente  
(Comissão Executiva – Presidente)

---

António Francisco Araújo Pontes  
(Comissão Executiva – Vice Presidente)

---

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins  
(Comissão Executiva - vogal)

---

Fernando Manuel Domingos Maximiano  
(Comissão Executiva - vogal)

---

António Joaquim Sousa

---

Ricardo Simões Caliço

**I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
COM NOTAS EXPLICATIVAS**

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010		2009		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		180	-	180	180	Outros passivos	8	10.061	15.031.252
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	101.055	-	101.055	12.381.486	Total do passivo		10.061	15.031.252
Aplicações em instituições de crédito	4	6.501.806	-	6.501.806	-				
Investimentos em filiais e associadas	5	22.573.797	-	22.573.797	22.573.797	Capital	9	10.350.000	10.350.000
Activos por impostos correntes	6	33.875	-	33.875	6.212	Outras reservas e resultados transitados	10	4.816.388	3.757.675
Outros activos	7	1.602	-	1.602	1.602	Dividendos antecipados		-	(4.762.783)
						Lucro do exercício		14.035.866	10.587.133
						Total da situação líquida		29.202.254	19.932.025
Total do activo		<u>29.212.315</u>	<u>-</u>	<u>29.212.315</u>	<u>34.963.277</u>	Total do passivo e da situação líquida		<u>29.212.315</u>	<u>34.963.277</u>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	11	32.505	243.551
<b>Margem financeira</b>		<b>32.505</b>	<b>243.551</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	14.031.046	10.414.158
Encargos com serviços e comissões	15	(1.261)	(1.284)
Outros resultados de exploração		-	348
<b>Produto bancário</b>		<b>14.062.290</b>	<b>10.656.773</b>
Gastos gerais administrativos	13	(26.812)	(7.400)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>14.035.478</b>	<b>10.649.373</b>
Impostos			
. Correntes	6	388	(62.240)
. Diferidos	6	-	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>14.035.866</b>	<b>10.587.133</b>
Receitas e despesas não reconhecidas no resultado do exercício		-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>14.035.866</b>	<b>10.587.133</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		2.070.000	2.070.000
Resultado por acção		6,78	5,11

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Reservas legais</u>	<u>Reservas livres</u>	<u>Total de reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Dividendos antecipados</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>10.350.000</b>	<b>3.010.994</b>	<b>10.258.837</b>	<b>13.269.831</b>	<b>13.691</b>	-	<b>7.466.813</b>	<b>31.100.335</b>
. Distribuição do lucro do exercício de 2008:								
. Transferência para reservas	-	746.681	-	746.681	-	-	(746.681)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.720.132)	(6.720.132)
. Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(13.691)	-	-	(13.691)
. Distribuição de reservas e dividendos antecipados	-	-	(10.258.837)	(10.258.837)	-	(4.762.783)	-	(15.021.620)
. Resultado líquido do exercício de 2009	-	-	-	-	-	-	10.587.133	10.587.133
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>10.350.000</b>	<b>3.757.675</b>	-	<b>3.757.675</b>	-	<b>(4.762.783)</b>	<b>10.587.133</b>	<b>19.932.025</b>
. Distribuição do lucro do exercício de 2009:								
. Transferência para reservas	-	1.058.714	-	1.058.714	-	-	(1.058.714)	-
. Transferência de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	4.762.783	(4.762.783)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.765.636)	(4.765.636)
. Resultado líquido do exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	14.035.866	14.035.866
. Outros	-	(1)	-	(1)	-	-	-	(1)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>10.350.000</b>	<b>4.816.388</b>	-	<b>4.816.388</b>	-	-	<b>14.035.866</b>	<b>29.202.254</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>		
Pagamentos a fornecedores	(26.554)	(11.945)
Pagamento de impostos sobre lucros	(27.275)	(118.453)
(Aumento)/diminuição de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(6.500.000)	7.000.000
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(1.090)	(1.104)
Fluxos gerados pelas actividades operacionais	<u>(6.554.919)</u>	<u>6.868.498</u>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>		
Dividendos recebidos	14.031.046	10.414.158
Juros e rendimentos similares	30.698	334.132
Fluxos gerados pelas actividades de investimento	<u>14.061.744</u>	<u>10.748.290</u>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>		
Pagamento de dividendos e distribuição de reservas	(19.787.256)	(6.733.823)
Fluxos gerados pelas actividades de financiamento	<u>(19.787.256)</u>	<u>(6.733.823)</u>
Varição líquida de caixa e seus equivalentes	(12.280.431)	10.882.965
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12.381.666	1.498.701
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	101.235	12.381.666

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”) foi constituída em 10 de Dezembro de 1999 com a denominação de Gestibanca, SGPS, S.A., tendo alterado a sua denominação social para a actual em 15 de Novembro de 2000. A Sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Conforme indicado na Nota 9, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 15.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem diferenças com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA's e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

A Sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do parágrafo 10 da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”. De acordo com este parágrafo, a dispensa deve-se ao facto da Sociedade ser totalmente detida pela CGD, a qual apresenta demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, e visto que a Sociedade não emitiu nem tem intenções de emitir instrumentos de dívida ou de capital próprio.

### 2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### a) Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, sendo o controlo evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Estas participações são denominadas filiais. Nos termos da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas” estes investimentos encontram-se registados ao custo de aquisição (ver Nota 5).

Os dividendos são registados como proveito no exercício em que é aprovada a sua distribuição pelas filiais, na rubrica de “Rendimentos de instrumentos de capital”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipam estarem em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

c) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo as mesmas reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se a depósitos à ordem domiciliados na CGD (Nota 15). Nas mesmas datas, estes depósitos são remunerados às taxas anuais brutas de 0,61% e 0,27%, respectivamente.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica refere-se a um depósito a prazo e correspondentes juros corridos nos montantes de 6.500.000 Euros e 1.806 Euros, respectivamente. Este depósito a prazo encontra-se domiciliado na Caixa Geral Depósitos, S.A., sendo remunerado à taxa anual bruta de 2,50% e tem o seu vencimento em Março de 2011 (Nota 15).

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest)	15.798.473
Fundimo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Fundimo)	3.716.189
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (CGD Pensões)	3.059.135
	-----
	22.573.797
	=====

Os principais dados financeiros das empresas participadas, obtidos a partir das respectivas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

Entidade	2010			
	Percentagem de participação	Activo	Situação líquida <sup>(*)</sup>	Lucro do exercício
Caixagest	100%	32.761.447	27.105.766	1.052.851
Fundimo	100%	7.055.034	5.556.649	3.408.239
CGD Pensões	100%	5.639.646	4.826.996	1.017.170

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Entidade	2009			
	Percentagem de participação	Activo	Situação líquida <sup>(*)</sup>	Lucro do exercício
Caixagest	100%	40.668.002	32.687.586	1.595.447
Fundimo	100%	9.527.035	7.252.209	3.603.799
CGD Pensões	100%	6.543.612	5.868.545	735.820

(\*) Inclui o lucro do exercício

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. foi constituída por escritura pública de 6 de Novembro de 1990. O seu objecto social consiste na administração e gestão de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, podendo igualmente exercer a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, com base em mandato conferido pelos investidores.

A Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. foi constituída em 8 de Janeiro de 1987, tendo por objecto social exclusivo a administração, gestão e representação de fundos de investimento imobiliário.

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi constituída em 14 de Maio de 1992, tendo por principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões.

A diferença entre o custo de aquisição das participações e o valor dos capitais próprios das empresas filiais, dado serem detidas a 100%, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Entidade	2010		
	Equivalência patrimonial	Custo	Diferença
Caixagest	27.105.766	15.798.473	11.307.293
Fundimo	5.556.649	3.716.189	1.840.460
CGD Pensões	4.826.996	3.059.135	1.767.861
	-----	-----	-----
	37.489.411	22.573.797	14.915.614
	=====	=====	=====

Entidade	2009		
	Equivalência patrimonial	Custo	Diferença
Caixagest	32.687.586	15.798.473	16.889.113
Fundimo	7.252.209	3.716.189	3.536.020
CGD Pensões	5.868.545	3.059.135	2.809.410
	-----	-----	-----
	45.808.340	22.573.797	23.234.543
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 corresponde a 26,5%. Caso, a matéria colectável, a partir do exercício de 2010, ultrapasse o montante de 2.000.000 Euros, tal parcela será alvo de uma taxa de derrama adicional de 2,5%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2007 a 2010. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos de determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser detalhada como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado antes de imposto	14.035.478	10.649.373
Ajustamentos:		
· Rendimentos de instrumentos de capital (Nota 12)	( 14.031.046 )	( 10.414.158 )
· Outros	-	( 348 )
	-----	-----
Lucro tributável	4.432	234.867
	-----	-----
Matéria colectável	4.432	234.867
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	1.174	62.240
Outros	1	-
	-----	-----
	1.175	62.240
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos correntes", encontra-se deduzida do excesso de estimativa do exercício de 2009, no montante de 1.563 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Os saldos de activos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Pagamentos por conta	35.050	68.452
Estimativa de imposto corrente do exercício	( 1.175 )	( 62.240 )
	-----	-----
	33.875	6.212
	=====	=====

7. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas com custo diferido - Seguros	1.602	1.602
	=====	=====

8. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Auditoria	7.302	9.632
Distribuição de reservas e dividendos por liquidar (Notas 10 e 15)	-	15.021.620
Outros	2.759	-
	-----	-----
	10.061	15.031.252
	=====	=====

9. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Sociedade estava representado por 2.070.000 acções com valor nominal de 5 Euros cada, totalmente subscrito e realizado, sendo integralmente detido pela CGD.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de "Outras reservas e resultados transitados" têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras reservas:		
. Reservas legais	4.816.388	3.757.675
	=====	=====

Reserva legal

A Sociedade constitui uma reserva legal por afectação de 10% do resultado líquido de cada exercício, até um limite igual ao valor do capital ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. De acordo com a legislação em vigor, esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral realizadas nos dias 31 de Março de 2010 e 24 de Março de 2009, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 9.528.419 Euros e 6.720.132 Euros, respectivamente. Igualmente na reunião de Assembleia Geral realizada no dia 24 de Março de 2009 foi ainda deliberada a distribuição de Resultados transitados no montante de 13.691 Euros.

Adicionalmente, na reunião de Conselho de Administração realizada no dia 17 de Dezembro de 2009 foi deliberada a distribuição antecipada de 50% do resultado líquido apurado até 30 de Novembro de 2009, deduzido do reforço obrigatório da reserva legal a constituir, no montante de 4.762.783 Euros. Por último, na reunião de Assembleia Geral realizada no dia 18 de Dezembro de 2009 foi deliberada a distribuição ao accionista único da totalidade das reservas livres no montante de 10.258.837 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, a conta a pagar relativa à distribuição de dividendos antecipados e de reservas livres ao accionista único encontrava-se registada na rubrica de "Outros passivos" (Nota 8).

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 15)	20.613	222.093
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 15)	11.892	21.458
	-----	-----
	32.505	243.551
	=====	=====

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se aos dividendos recebidos de empresas filiais e apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixagest	6.595.447	4.341.297
Fundimo	5.103.799	5.227.977
CGD Pensões	2.331.800	844.884
	-----	-----
	14.031.046	10.414.158
	=====	=====

13. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Deslocações e estadas	11.315	-
Trabalhos especializados	10.967	3.754
Seguros	3.205	3.190
Outros	1.325	456
	-----	-----
	26.812	7.400
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Trabalhos especializados" inclui, essencialmente, os honorários suportados com a auditoria às contas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)14. EFFECTIVO MÉDIO ANUAL DE TRABALHADORES

A Sociedade não tem quadro próprio de pessoal, estando as tarefas inerentes ao seu funcionamento a cargo do Conselho de Administração, o qual não é remunerado.

15. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados gerados pela Sociedade em transacções efectuadas com entidades relativamente às quais está em relação de domínio ou de controlo conjunto (entidades do Grupo CGD) foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares (Nota 11)	32.505	243.551
Rendimentos de instrumentos de capital (Nota 12)	14.031.046	10.414.158
Encargos com serviços e comissões	( 41 )	( 30 )
	-----	-----
	14.063.510	10.657.679
	=====	=====

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade mantém os seguintes saldos com entidades do Grupo CGD:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Activo</u>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	101.055	12.381.486
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	6.501.806	-
<u>Passivo</u>		
Outros passivos (Nota 8)		- ( 15.021.620 )

16. INCLUSÃO NAS CONTAS CONSOLIDADAS DE OUTRA INSTITUIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras da Sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, nº 63, 1000-300 Lisboa.

# RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A.	AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	2
1.	AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	2
B.	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	2
2.	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO.....	2
3.	MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS.....	2
4.	PLANO DE ACTIVIDADES.....	3
C -	CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO.....	3
5.	REGULAMENTOS EXTERNOS.....	
6.	REGULAMENTO INTERNO E CÓDIGO DE CONDUTA.....	4
7.	NORMAS DE NATUREZA FISCAL.....	4
8.	NORMAS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E CORRUPÇÃO.....	5
9.	NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR.....	5
10.	NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL.....	6
11.	NORMAS DE ÍNDOLE LABORAL.....	6
12.	IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES.....	6
13.	CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL.....	6
14.	VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS COLABORADORES.....	7
D.	TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	7
15.	TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	7
16.	PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.....	8
17.	UNIVERSO DE TRANSACÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO.....	8
18.	FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS.....	8
E.	MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	9
19.	MODELO DE GOVERNO.....	9
20.	ORGANOGRAMA DO MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	9
21.	INFORMAÇÃO SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS - TRIÉNIO 2008/2010.....	11
22.	INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	12
23.	NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
24.	INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DOS RESTANTES ÓRGÃOS SOCIAIS.....	15
25.	INCOMPATIBILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	16
26.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS.....	16
27.	INCOMPATIBILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	16
28.	REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	16
29.	AUDITORIA EXTERNA.....	17
30.	MEIOS DE SALVAGUARDA DA INDEPENDÊNCIA DOS AUDITORES.....	17
31.	SECRETÁRIO DA SOCIEDADE.....	17
32.	COMISSÕES ESPECIALIZADAS - COMISSÃO DE VENCIMENTOS.....	17
33.	PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES.....	18
F.	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	18
34.	POLÍTICA REMUNERATÓRIA.....	18
35.	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2010.....	19
36.	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	19
37.	REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO AUDITOR EXTERNO.....	20
G.	SISTEMA DE CONTROLO.....	20
38.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	20
39.	SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	20
H.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	20
40.	REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO.....	20
41.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA.....	21
42.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	21
43.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO SITE DA SEE.....	22
44.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.....	22
I.	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	23
45.	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	23
J.	NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE.....	23
46.	PROVEDOR DO CLIENTE.....	23

## A. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

### 1. Avaliação do grau de cumprimento dos princípios de bom governo

A Caixa Gestão de Activos, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas na resolução do conselho de ministros nº 49/2007, conforme se descreve no presente Relatório sobre o Governo da Sociedade.

## B. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

### 2. Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo accionista para o triénio 2008/2010 são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projecto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

### 3. Missão, Objectivos e Políticas

A Sociedade, pretende ser reconhecida pelos clientes (internos e externos) como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços de gestão de fundos mobiliários, imobiliários, de pensões e gestão de patrimónios. Para o triénio 2008-2010, a Sociedade tem os seguintes objectivos:

- Reformular a oferta de Fundos Mobiliários e o serviço de gestão discricionária de carteiras, ajustando-os às necessidades dos clientes;
- Adequar as propostas de valor de gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços;
- Aprofundar o desenvolvimento da actividade de Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário;
- Dotar-se das capacidades de informação, de tecnologia e de controlo e gestão de risco requeridas para a sua actividade;
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.

Para alcançar estes objectivos, a Sociedade considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.
- Captar as melhores **pessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

#### 4. Plano de Actividades

A Sociedade desenvolve anualmente um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de actividades anual face aos objectivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de actividade, produzido intermanete pelo AOCG e pela DCP da CGD.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida pela sociedade.

### C - CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a actividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respectivo.

Neste contexto, a Sociedade adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

#### 5. Regulamentos Externos

A actividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, na sua actual redacção, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99 de 13 de Novembro, na sua actual redacção e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do

Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua actividade de gestão de fundos mobiliários, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 71/2010, de 18 de Junho que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.

No âmbito da sua actividade de gestão de fundos imobiliários, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 60/2002, de 20 de Março que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário.

No âmbito da sua actividade de gestão de fundos mobiliários, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

## **6. Regulamento Interno e Código de Conduta**

As empresas participadas Caixagest e Fundimo dispõem de um Regulamento Interno que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Regulamento Interno pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, actuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às actividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei, bem como no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Fundos de Investimentos, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses este regulamento impõem que os colaboradores tenham sempre formulada e actualizada, perante o Conselho de Administração, uma declaração onde constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efectuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Regulamento e, mensalmente, todos colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

À semelhança da Caixa Geral de Depósitos (CGD), iniciou-se em 2010, a elaboração de um Código de Conduta que irá substituir o Regulamento Interno existente.

A CGD Pensões dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, actuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às actividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

## **7. Normas de Natureza Fiscal**

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direcção Administrativa e Financeira e a Direcção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

## 8. Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrupção

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade actua em estrita colaboração com a CGD, já que os activos por si geridos são comercializados e depositados nessa instituição financeira.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para detecção de situações susceptíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este facto, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação de 74 colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respectiva comunicação às autoridades competentes é a Direcção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da CGD.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas de relacionamento do crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

## 9. Normas de concorrência e de protecção do consumidor

As suas práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de actuação que não põem em causa as linhas de acção da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

O processo de criação, aprovação e lançamento de Produtos e Serviços obedece a procedimentos que procuram acautelar o cumprimento da legislação vigente e da estratégia de negócio e a satisfação das necessidades dos Clientes. Neste âmbito, são de destacar as seguintes práticas:

- O processo de selecção de produtos baseia-se em informação de *benchmark* e na proposta de fábricas de produtos, procedendo-se a estimativas de rentabilidade para o Grupo;
- Os produtos são aprovados pela Comissão Executiva;
- A aprovação de produtos para comercialização na rede CGD requer ainda decisão do Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes da CGD, que aprova igualmente os montantes a colocar e o período de comercialização;
- O cumprimento das normas internas e legislação em vigor é garantido com recurso à Direcção de Supervisão e Controlo, que também é responsável pelos documentos legais de suporte ao produto a aprovar pela entidade de supervisão. A instrução deste processo pressupõe ainda os pareceres da Direcção de Gestão de Risco e do Gabinete de Suporte à Função Compliance da CGD, na óptica do risco e do cliente.

- O lançamento de produtos é precedido de comunicação à Direcção de Marketing e Produtos da CGD e todos os suportes de divulgação comercial são aprovados pela DSC, pelo Gabinete de Suporte à Função Compliance e pela CMVM.

## **10. Normas de natureza ambiental**

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua actividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vectores de actuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela acção interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela actuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vectores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando acções que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos directos, quer dos indirectos.

## **11. Normas de índole laboral**

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Colectivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extra-contratuais. As sociedades mantêm disponível um domínio na intranet onde podem ser consultadas as normas e regulamentos em vigor.

## **12. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

O efectivo das empresas que integram a Caixa Gestão de Activos apresentou em 2010 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

## **13. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;

- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

#### 14. Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2010, registaram-se, no conjunto de empresas que integram a sociedade, 197 participações em acções de formação, das quais, 22 relativas a Conferências e Seminários no País e no Estrangeiro, 16 relativas a cursos de Informática, 15 respeitantes a formação em Línguas Estrangeiras e 74 a formações ministradas através de plataforma de *e-learning*. Foi igualmente realizada uma acção de *team building* envolvendo 57 colaboradores.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, também podem requerer a comparticipação nos custos de formação. Neste âmbito, em 2010 foram apoiados 13 colaboradores na frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, para a aquisição de equipamento informático.

### D. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

#### 15. Transacções relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transacções com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras das empresas da Caixa Gestão de Activos incluem os seguintes saldos e transacções com a CGD:

	Caixa Gestão de Activos	Caixagest	Fundimo	CGD Pensões
<b>Activos:</b>				
Disponibilidades em instituições de crédito	100	1.714	3.306	357
Aplicações em instituições de crédito	6.500	19.000	2.000	0
Activos Financeiros disponíveis para Venda				4.268
<b>Proveitos:</b>				
Juros e rendimentos similares	33	333	49	3

Outros proveitos de exploração		55		
<b>Custos:</b>				
Comissões	0	10.934	4.458	497

#### 16. Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado - em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Selecção de fornecedores - com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas - de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços - de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.

#### 17. Universo de transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Renting de viaturas: com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

#### 18. Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2010 foram os seguintes:

Fornecedor	Caixagest	Fundimo	CGD Pensões
CGD	21%	18%	15%
Longo Prazo	7%		
Bloomberg	20%		
Reuters	14%		
Império Bonança		6%	
Fidelidade Mundial			14%

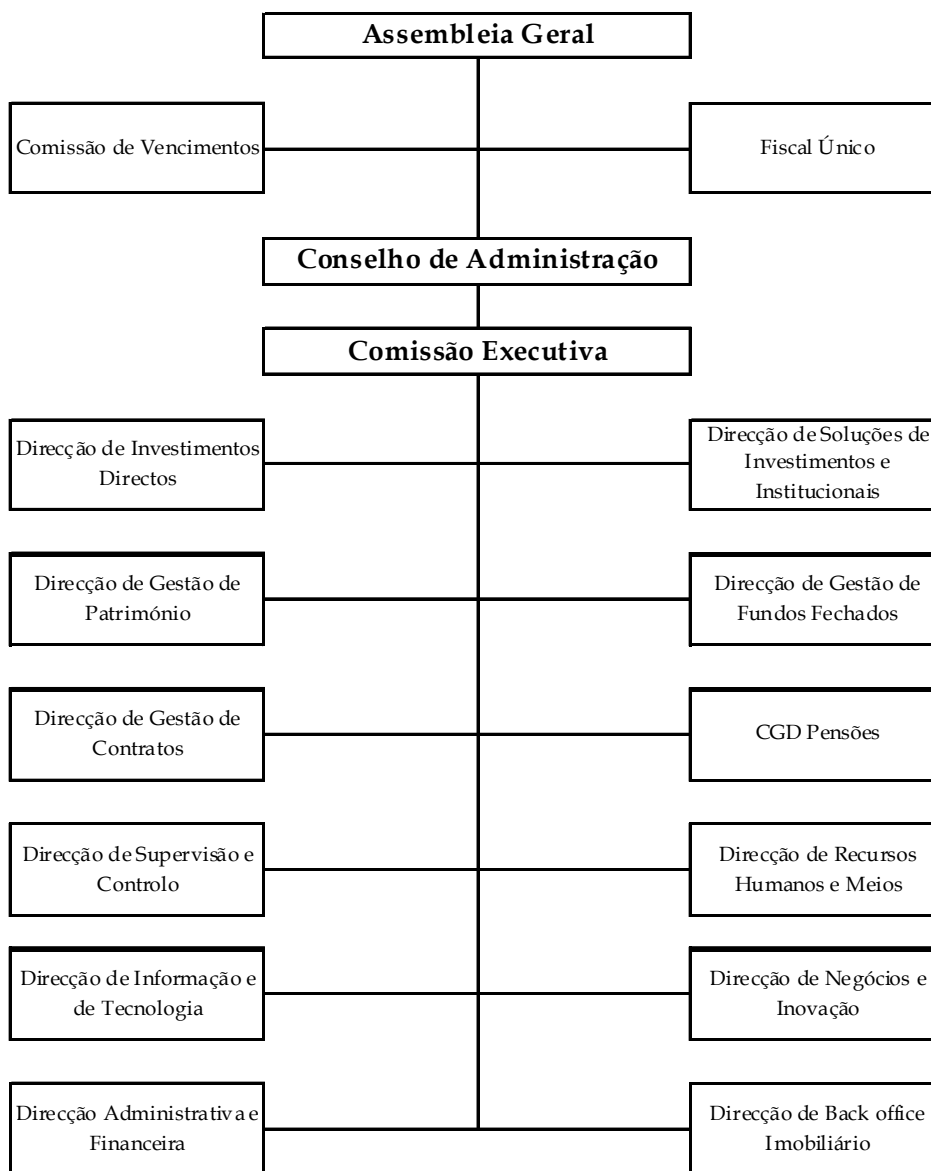
## E. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

### 19. Modelo de Governo

A Caixa Gestão de Activos e as empresas participadas dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direcções funcionais na dependência directa da Comissão Executiva (órgão de estrutura de nível de enquadramento mais elevado).

### 20. Organograma do Modelo de Governo da Sociedade

Esquemáticamente o organigrama funcional é o seguinte:



## **Gestão de Activos Mobiliários**

### Direcção de Investimentos Directos (DID)

É responsável pela gestão dos investimentos directos em tesouraria, taxa de juro, crédito, acções e alocação de activos. A DID é composta por 18 elementos, reportando directamente ao administrador do pelouro, Dr. Luis Martins.

### Direcção de Soluções de Investimentos e Institucionais (DSI)

É responsável pela gestão de investimentos indirectos, de outsourcing (escolha e acompanhamento de gestores externos), alternativos, gestão de carteiras de patrimónios e gestão de carteiras de investidores institucionais, designadamente carteiras de seguros e fundos de pensões. A DSI é composta por 12 elementos, reportando directamente ao administrador do pelouro, Dr. Luis Martins.

## **Gestão Imobiliária**

### Direcção de Gestão de Património (DGP)

É responsável pela gestão das carteiras de imóveis, pela fundamentação dos investimentos, adjudicações e gestão dos arrendamentos, assegurando todo o apoio técnico da sua especialidade à administração do Fundo Aberto. Tem ainda a responsabilidade de gestão de alguns fundos fechados. Esta direcção é composta por 9 elementos, sendo o responsável o Eng. Jorge Madeira.

### Direcção de Gestão de Fundos Fechados (DGF)

Tem como responsabilidade a gestão do património da generalidade dos fundos fechados e a gestão da relação com os participantes e entidades financeiras. Esta direcção é composta por 4 elementos, sendo o responsável o Eng. Carlos Pinheiro.

### Direcção de Gestão de Contratos (DGC)

Esta Direcção é responsável pela análise e elaboração de contratos de compra e venda e de arrendamento, e pela preparação de todo o processo relativo a escrituras e registos dos imóveis dos fundos. Tem ainda a responsabilidade pela supervisão da acção contenciosa. Esta direcção é composta por 4 elementos, sendo a responsável a Dra. Filipa Silva.

## **Gestão de Fundos e Planos de Pensões**

### CGD Pensões

É responsável pela gestão dos fundos e dos planos de pensões, assegurando a coordenação das actividades das áreas integradas com a actuação dos serviços da CGD Pensões. Esta direcção é composta por 7 elementos, sendo a responsável a Dr.<sup>a</sup> Marta Magalhães.

## **Funções Integradas**

### Direcção de Supervisão e Controlo (DSC)

É responsável pela gestão do risco de *compliance* e pela Gestão de Risco Operacional e Controlo Interno. É completamente independente das restantes áreas funcionais, não estando envolvida em qualquer actividade de gestão, valorização e liquidação. A Direcção de Supervisão e Controlo é composta por 4 elementos e tem como responsável a Dra. Paula Geada.

### Direcção de Recursos Humanos e Meios (DRH)

É responsável por dirigir e coordenar as políticas e processos administrativos, respeitantes aos recursos humanos, bem como das áreas de logística e suporte à actividade. A Direcção de Recursos Humanos e Meios é composta por 4 elementos e teve como responsável até ao final de 2010, o Dr. Joaquim Pereira da Rosa.

#### Direcção de Informação e de Tecnologia (DIT)

É responsável pela gestão da informação, dos sistemas e da infra-estrutura tecnológica, em estrita colaboração com a Sogrupos SI da CGD. A Direcção de Informação e de Tecnologia é composta por 6 elementos e tem como responsável o Eng. António Nogueira.

#### Direcção de Negócios e Inovação (DNI)

Desenvolve as actividades comerciais e de marketing, em estrita colaboração com a CGD. Assegura a ligação à Rede Comercial da CGD, incluindo formação no lançamento de campanhas comerciais. A Direcção de Negócios e Inovação é composta por 12 elementos, sendo o responsável o Dr. Paulo Ferreira.

#### Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

Desenvolve as actividades necessárias ao apuramento do valor das unidades de participação (UP) dos fundos e do valor dos patrimónios geridos. Processa todas as transacções mobiliárias e garante a existência de informação de gestão sobre as carteiras dos fundos e dos clientes da gestão discricionária. Realiza os processamentos necessários a garantir que as demonstrações financeiras de cada fundo e Sociedade espelhem, de forma correcta, a sua actividade. Esta direcção é composta por 22 elementos e tem como responsável o Dr. José Pedro Rodrigues.

#### Direcção de Backoffice Imobiliário (DBI)

Exerce funções transversais às estruturas de *front office* da gestão imobiliária, efectuando o registo e acompanhamento de todas as operações imobiliárias, incluindo o apuramento do valor das unidades de participação. Esta direcção é composta por 9 elementos e tem como responsável o Sr. José João Froes.

#### Assessoria, Orçamento e Controlo de Gestão

As sociedades dispõem ainda de colaboradores que prestam serviços de consultoria e assessoria à Comissão Executiva, das quais se destaca a Área de Orçamento e Controlo de Gestão, assegurada pelo Dr. Filipe Reinaldo, que é responsável pela elaboração do Orçamento e respectivo Controlo.

## **21. Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2008/2010**

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. António Pereira Grada Ferreira
Secretário	Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato actual (triénio 2008/2010) é a seguinte:

<u>Presidente</u>	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
<u>Vice-Presidente</u>	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. Ricardo Simões Caliço
Vogal	Dr. António Joaquim Sousa

O **Fiscal Único** da Sociedade é a Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. Eduardo Manuel Fonseca Moura e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva
Membro	Dr. Henrique Pereira Melo

## 22. Informação sobre os membros do Conselho de Administração

### Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduado em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa. MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho de Administração da CGD (desde 2008). Vice Presidente do Conselho de Administração do BNU Macau (desde 2010). Vogal do Conselho de Administração do Banco Efisa (desde 2009). Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (desde 2008). Presidente da Sogruppo – Serviços Administrativos, S.A. (desde 2008). Administrador do Banco Caixa Geral de Espanha do Grupo CGD (2005 -2008). Administrador Executivo do Banco BEST (2004-2005). Director Central Adjunto da Direcção de Mercado de Capitais - Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direcção do Banco Comercial Português (2000-2004). Membro do Conselho de Administração da BCP Dealer (1999-2000). Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP, em Nova Iorque (1997-1999). Director Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque (1996-1999). Director da Direcção de Planeamento e Marketing do Banco Cif (1995-1996). Director Adjunto na Direcção de Mercado de Capitais do Banco Cif (1993-1995). Sub-Director da Direcção Internacional do Banco Comercial Português (1989-1993). Técnico na Direcção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor (1988-1989).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1965

### João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 11/10/2000. Primeira designação para o cargo de vice presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (desde 2008). Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Activos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

#### António Francisco Araújo Pontes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 11/10/2000. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Pós-graduado em Economia Europeia.

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos e do Conselho de Administração da Fundimo (desde 2009). Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2004), da CGD Pensões (desde 2003), da Caixa Patrimónios (2001-2003) e da Caixa Gestão de Activos (desde 2000). Membro do Conselho de Administração da Investil, SGFIM (1991-2001). Director Central do Banco Nacional Ultramarino (1989-2001). Membro do Conselho de Administração da Sogest (1987-1989). Responsável pelo escritório de representação do BNU em Hong-Kong (1986-1989). Membro do Conselho de Administração da Sofidema - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento de Macau (1984-1989). Director Financeiro do Banco Nacional Ultramarino - Macau (1983-1989). Técnico do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal (1980-1983).

Data de nascimento: 6 de Setembro de 1949

#### Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de "Global Asset Allocation" no International Center for Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de "Financial Risk Management" no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de "Negotial Strategies" e de "Marketing Strategies" na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direcção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Fundimo, SGFII (desde 2003), da Lusopensiones, SGFP e

da Lusogest, SGCIIC (desde 2002), da CGD Luxemburgo e da Sogrupu III Gestão de Activos, ACE (desde 2001), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2000). Director-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo e da CGD Pensões, SGFP (desde 2002). Director de Gestão de Activos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Activos Financeiros, SGFIM e da Mello Activos Financeiros SGP. Director de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Director de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Director de Research da Caixagest. Analista Financeiro, Gestor de Fundos de Acções e Subdirector da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Ricardo Simões Calião.

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 26/3/2009. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, SGFIM e da Caixa Gestão de Activos (desde 2009). Director da Caixagest, SGFIM. Subdirector do Banco Espírito Santo de Investimento. Gestor de Carteiras da Mello Activos Financeiros, SGP e da AF - Investimentos, SGFIM. Analista Financeiro do Departamento de Estudos da Bolsa de Valores de Lisboa.

Data de Nascimento: 11 de Agosto de 1972.

António Joaquim Sousa

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Director Central da Rede de Agências da CGD no Centro (desde 2005). Director Comercial de Agência (2002-2004). Director Comercial das Grandes Empresas no Norte (1994-2001). Substituto do Director Coordenador de Rede de Agências do BNU no Porto (1990-1993). Administrador Judicial. Técnico e responsável pela Delegação Norte da Parempresa - Sociedade Parabancária para a Recuperação de Empresas (1983-1990). Docente do IPAM - Instituto Português de Administração e Marketing (1987-1989).

Data de Nascimento: 19 de Dezembro de 1956.

### **23. Número de reuniões do Conselho de Administração**

O número de reuniões dos órgãos de administração durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

- Conselho de Administração: 11 reuniões
- Comissão Executiva: 34 reuniões

### **24. Informação sobre os membros dos restantes Órgãos Sociais**

#### **Mesa da Assembleia Geral**

##### Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundimo, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupu IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupu SA e da Sogrupu SI. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes SGPS e da Wolfpart SGPS. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupu SA e Sogrupu IV GI. Vogal da Comissão liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Colaborador da CGD (desde 1980). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

##### António Pereira Grada Ferreira

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Capital, Caixa Desenvolvimento, Caixagest, Compal e Caixaweb (em liquidação). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sgpice. Colaborador da CGD (desde 1980). Colaborador da CGD (desde 1979). Docente da cadeira de Direito das Obrigações na Universidade Internacional (1987-89). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 15 de Janeiro de 1948

##### Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Gestão e pós-graduado em Gestão de Instituições e Operações Financeiras pelo Instituto Superior de Gestão. Curso de Auditoria de Gestão no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixagest e da Fundimo, SGFII (desde 2008). Secretário da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos da Turismo Fundos, SGFII (desde 2007).

Data de nascimento: 16 de Dezembro de 1968

## **25. Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração**

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Sector Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

## **26. Avaliação de desempenho dos gestores executivos**

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o accionista propôs na última Assembleia Geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

## **27. Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

## **28. Revisor Oficial de Contas**

Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. Eduardo Manuel Fonseca Moura

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 28/9/2010. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Revisor Oficial de Contas desde 2003.

É director desde 1999 e sócio desde 2007 da entidade que veio dar lugar à Deloitte & Associados SROC. Exerce a actividade de auditoria, essencialmente em bancos e outras entidades financeiras, nomeadamente, gestoras de fundos e de patrimónios do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

### 29. Auditoria Externa

Das várias empresas participadas da Caixa Gestão de Activos SGPS S.A., apenas a Caixagest – Técnicas Gestão de Fundos S.A. tem Auditor Externo: Deloitte & Associados SROC, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

### 30. Meios de salvaguarda da independência dos auditores

A auditoria anual às contas da Caixagest é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direcção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo são da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura as suas condições de independência.

### 31. Secretário da Sociedade

Não aplicável.

### 32. Comissões Especializadas - Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Caixa - Gestão de Activos tem a seguinte composição:

#### Victor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Hospitais Privados de Portugal SGPS, HPP Centro, HPP Norte, Sogrupos - Serviços Administrativos, Sogrupos - Sistemas de Informação, Sogrupos IV - Gestão de Imóveis. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Promotora SCR, do Banco Comercial Atlântico, da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes, da Caixa - Participações, da CGD - offshore de Macau, da Floresta Atlântica, SGFII, da Gerbanca, da Imocaixa - Gestão Imobiliária, da Parbanca (Zona Franca da Madeira) e da Parcaixa. Vogal da Comissão Liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Vogal suplente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundimo, da Imocaixa, da Império Bonança, Locarent, Margueira, Multicare, Sogrupos SA, Sogrupos SI, da Sogrupos IV - Gestão De Imóveis e do Tagusparque. Colaborador da CGD (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 1/6/2006. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrup - Serviços Administrativos. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundimo, da Império Bonança e da Sogrup SI. Colaborador da CGD desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

**33. Prevenção de conflitos de interesses**

A organização e gestão das actividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direcções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.

Interdição de uso directo ou indirecto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da actividade de intermediação financeira.

Observância, em todas as suas actuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

**F. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS****34. Política Remuneratória**

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objectivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas e variáveis dos administradores executivos, sendo os custos suportados pelas empresas da Caixa Gestão de Activos.

Os Administradores não auferiram qualquer tipo de remuneração ou compensação de despesas,

através da Sociedade holding, Caixa Gestão de Activos.

### 35. Estatuto Remuneratório fixado em 2010

Não aplicável

### 36. Remunerações dos membros do Conselho de Administração

Os Administradores não Executivos não são remunerados pela sociedade. Os Administradores que são membros da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos, receberam em 2010, através das empresas participadas, Caixagest, Fundimo e CGD Pensões, as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

Unid: €

	COMISSÃO EXECUTIVA					TOTAL
	Presidente	Vice Presid.	Vogal	Vogal	Vogal	
	João Eduardo Noronha Gamito Faria	António Francisco Araújo Pontes	Luís Miguel Saraiva Martins	Fernando Manuel Domingos Maximiano	Ricardo Simões Calvão	
<b>1. Remuneração</b>						
1.1. Remuneração base	22.750	136.782	136.182	154.875	95.534	<b>546.123</b>
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A	-650	-5.300	-4.950	-4.400	-2.325	<b>-17.625</b>
1.3. Remuneração base efectiva (1.1.-1.2.)	22.100	131.482	131.232	150.475	93.209	<b>528.498</b>
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0	25.321	19.028	0	13.412	<b>57.761</b>
<b>2. Outras regalias e compensações</b>						
2.1. Gastos na utilização de telefones	0	201	276	1.401	1.249	<b>3.127</b>
2.5 Subsídio de refeição	0	2.751	2.741	2.764	2.330	<b>10.586</b>
2.6 Outros: Via Verde	0	667	334	713	540	<b>2.254</b>
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>						
3.1. Regime convencionado	0	44.406	36.709	14.966	16.995	<b>113.076</b>
3.2. Seguros de Saúde	0	0	0	1.751	0	<b>1.751</b>
3.3. Seguros de Vida	0	0	0	961	0	<b>961</b>
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais	0	0	0	129	0	<b>129</b>
3.5. Plano de Pensões	0	0	0	2.387	0	<b>2.387</b>
<b>4. Parque automóvel</b>						
4.1 Marca	----	Mercedes	Mercedes	BMW	BMW	
4.2 Modelo	----	Classe E	Classe E	Serie 5	Serie 3	
4.6 Valor de renda mensal da viatura	----	1.072 €	951 €	817 €	622 €	
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura	----	0	0	0	0	
<b>5. Informações Adicionais</b>						
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem	n	n	n	n	n	
5.2. Regime convencionado						
5.2.1. Segurança social	s	n	n	s	n	
5.2.2. Outro: CGA	n	s	s	n	s	
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	----	2010	2010	2008	2007	
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo	n	n	n	n	n	
4.5. Outras	(1)	(2)	----	----	(3)	

(1) - O Presidente da Comissão Executiva desempenha igualmente funções de administrador de empresas do grupo CGD, na empresa Caixa Seguros e Saúde, tendo auferido nessas funções o montante de 210.388,00€ de Remunerações Fixas, não recebendo qualquer Remuneração Variável, e sendo os encargos com o regime de previdência suportados por aquela empresa.

(2) - Os gastos de utilização de telemóvel e da via verde são custos da CGD Pensões.

(3) - Renunciou o mandato em 31 de Outubro de 2010.

### **37. Remuneração do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo**

Os custos relativos à remuneração dos serviços de revisão oficial de contas e de auditoria da Sociedade no exercício de 2010 foram de 6.035€, excluindo impostos. O Fiscal Único não foi remunerado no exercício de 2010 pelas suas funções de fiscalização.

## **G. SISTEMA DE CONTROLO**

### **38. Sistema de Controlo Interno**

Anualmente, a Caixagest e Fundimo elaboram um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista a eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direcção de Supervisão e Controlo, direcção responsável pela função *compliance*.

### **39. Sistema de Controlo de Protecção dos Investimentos**

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## **H. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE**

### **40. Representante para as Relações com o Mercado**

A Caixagest, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contacto é o seguinte:

Dr. Fernando Maximiano, Vogal do Conselho de Administração da entidade gestora.

Endereço: Av. João XXI, 63 – 2º 1000-300 Lisboa Telefone: 21 790 5457 Fax: 21 790 5765

E-mail: caixagest@caixagest.pt

#### 41. Divulgação de informação privilegiada

Não aplicável.

#### 42. Divulgação de informação relevante

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, a Caixagest, durante o ano 2010, remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 120 comunicações que se encontram disponíveis no *site* da CMVM:

- 16-12-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST VALOR DUPLO por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 31-08-2010 Informação sobre os Relatórios e Contas relativos ao primeiro semestre de 2010, de todos os Fundos Mobiliários geridos pela CAIXAGEST SA, se encontrarem à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt) (58 comunicações).
- 9-07-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST MULTIACTIVOS por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 12-04-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST MAXIPREMIUM por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 31-03-2010 Informação sobre os Relatórios e Contas Anuais relativos a 2009, de todos os Fundos Mobiliários sob gestão, se encontrarem à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt) (56 comunicações).
- 30/03/2010 Informação aos participantes do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, que o Fundo procedeu à distribuição dos rendimentos no dia 30 de Março de 2010.
- 29-03-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST OPTIMIZER por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 05-02-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST SPRINTER por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, a

Fundimo SA, durante o ano 2010, remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 39 comunicações que se encontram disponíveis no *site* da CMVM:

- 09/12/2010 Informação aos participantes do Fundo de Investimento Imobiliário FUNDIMO, que o Fundo procedeu ao pagamento de rendimentos no dia 2 de Dezembro de 2010.
- 05/11/2010 Informação que publicamos as diferenças no valor da unidade de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PROMOVEST, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação referente ao período de 30 de Abril a 30 de Setembro de 2010.
- 11/10/2010 Informação da diferenças no valor da unidade de participação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado GOLDEN EAGLE, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação, referente a 30/09/2010.
- 08/09/2010 Informação sobre a diferença no valor da unidade de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BONANÇA I, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação referente a 31/08/2010.
- 08/09/2010 Informação sobre a diferenças no valor da unidade de participação do do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado FUNDICAPITAL, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação referente a 31/08/2010.
- 08/09/2010 Informação sobre a diferença no valor da unidade de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional CAIXA ARRENDAMENTO, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação referente a 31/08/2010.
- 31/08/2010 Informação sobre o Relatório e Contas Semestral do Fundo de Investimento Imobiliário FUNDIMO, referente ao primeiro semestre de 2010, se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet no site: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).
- 22/06/2010 Informação a diferenças no valor da unidade de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado LISFUNDO referente a 31/05/2010.
- 01/06/2010 Informação aos participantes do Fundo de Investimento Imobiliário FUNDIMO, que o Fundo procedeu ao pagamento de rendimentos no dia 1 de Junho de 2010.
- 15/04/2010 Informação sobre as diferenças no valor da unidade de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional CAIXA ARRENDAMENTO, em resultado de erro no cálculo do valor da unidade de participação.
- 31/03/2010 Informação que os Relatórios e Contas Anuais, relativos a 2009, de todos Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela FUNDIMO SA, se encontram à disposição do público nas agências da CGD e na internet no site: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) (29 comunicações).

#### **43. Divulgação de informação através do site da SEE**

Não aplicável.

#### **44. Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade**

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

## I. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

### 45. Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspectos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do:

Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável (iniciado em Outubro de 2005) com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar

Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional Caixa Arrendamento e Caixa Imobiliário, fundos imobiliários criado com uma vertente social, para permitir que os agregados familiares em dificuldades económicas possam permanecer na sua habitação própria permanente, mediante a substituição do seu contrato de crédito à habitação por um contrato de arrendamento, ficando com o direito de exercício de uma opção de compra do imóvel em condições bem tipificadas e predefinidas.

## J. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

### 46. Provedor do cliente

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas. As restantes áreas de negócio não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

As reclamações dos clientes constituem um meio privilegiado para melhorar o nível de serviço da Sociedade, quer na resolução das situações apresentadas, quer na definição de procedimentos mais adequados em situações futuras.

O relacionamento com os clientes é na quase totalidade efectuado através da rede comercial da CGD pelo que, regra geral, todas as reclamações são atendidas e resolvidas ao nível da Estrutura Central da CGD.

Nos casos em que as reclamações são directamente dirigidas à Sociedade Gestora são adoptados os seguintes procedimentos por forma a garantir a sua pronta e justa apreciação:

Todas as reclamação são encaminhadas para a Direcção Negócio e Inovação e para a Direcção de

Supervisão e Controlo, que, não estando afectas a execução das operações, as apreciam imparcialmente, procedendo à sua resposta.

É estabelecido um prazo máximo de dez dias úteis para resposta ao cliente.

Os processos de reclamação, os resultados da apreciação, bem como todos os elementos identificativos da mesma são conservados por um prazo mínimo de cinco anos.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 29.212.315 Euros e capital próprio de 29.202.254 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.035.866 Euros, as demonstrações do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

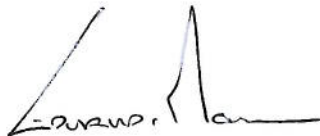
### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins descritos no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira da Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

**Ênfase**

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da Sociedade. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, as participações financeiras maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. A Sociedade não apresenta contas consolidadas, uma vez que se encontra dispensada de o fazer, nos termos do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 36/92, de 28 de Março. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira da Sociedade, o rendimento integral e os fluxos de caixa das suas operações. Os dados financeiros mais relevantes das empresas participadas em 31 de Dezembro de 2010 são apresentados na Nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura